

TRAJETÓRIAS CAMPONESAS, LUTAS E CIDADANIA NO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DA REDE DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – fatimarodrigues.ufpb@gmail.com
Profa Associada III do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Política Pública (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Este trabalho resulta de relatórios de pesquisa e de extensão universitária que contaram com o apoio dos seguintes órgãos financiadores: CNPq, MEC, Fapesq e Petrobras e tem como objetivo interpretar algumas experiências camponesas autônomas gestadas em processos de resistência camponesa que deram origem a articulações com órgãos governamentais e não-governamentais na perspectiva do fortalecimento de projetos desenvolvidos no estado da Paraíba, Brasil, de modo especial com camponeses originários dos assentamentos rurais: Pe Gino, Rainha do Anjos e 21 de Abril localizados no município de Sapé; Dona Helena, localizado no município Cruz do Espírito Santo; D. Antonia localizado no município do Conde. Nessas áreas, que integram a Mesorregião da Mata Paraibana, os camponeses adotam estratégias de comercialização da sua própria produção, bem como praticam a agroecologia a partir de um processo de formação concretizado com intercâmbios e capacitações realizadas sobretudo por intermédio de atividades extensionistas promovida pela Universidade Federal da Paraíba. Do ponto de vista metodológico realizamos pesquisa bibliográfica, análise documental e trabalhos de campos e registramos narrativas camponesas sobre o processo produtivo, a organização política e econômica e aspectos importantes do modo de vida local, com ênfase nas tradições culturais. Participamos também de atividades de capacitação e de eventos de integração promovidos por associações dos assentamentos rurais mencionados, dentre outros. O estudo justifica-se, por ancorar-se na história social do campesinato brasileiro e por considerar o papel do Brasil nos debates sobre segurança alimentar no contexto nacional e internacional. Adotamos como parâmetros à pesquisa os dados qualitativos e quantitativos e os trabalhamos numa perspectiva integrada. Destacamos no conjunto dos trabalhadores investigados a trajetória de três famílias camponesas e suas conquistas políticas e econômicas e os aprendizados incorporados às experiências familiares tanto no processo produtivo e organização política, quanto na comercialização de sua produção. Concluímos que a atuação do Estado brasileiro no que concerne às políticas públicas, tem contribuído para elevar os níveis de renda e, por conseguinte os indicadores sociais no campo, embora nessa atuação não tenha pautado resolver problemas estruturais. Destacamos nessas experiências camponesas praticadas no campo da Agroecologia “colheitas” exitosas que demandam maior atenção e ampliação dos investimentos públicos. O êxito nessas comunidades pode ser verificado na melhoria de renda das famílias, na ampliação dos níveis de escolaridade, e no acesso à informação. Contribui para esse êxito as parcerias com Organizações Governamentais e Organizações não governamentais e o apoio dos movimentos sociais.

Palavras-chaves: movimentos sociais; agroecologia; assentamentos rurais; políticas públicas.

Introdução

A cana-de-açúcar marca a paisagem do litoral do Nordeste do Brasil desde a Colônia. Registramos ao longo desta pesquisa documentos guardados em acervos públicos que comprovam a existência de engenhos na várzea Paraibana desde o século XVII, a exemplo dos engenhos: Real Tibiri, Gargaú, Reis, Tapuá dentre outros situados nessa região¹, cujas terras pertenceram originalmente a antiga Capitania de Itamaracá, Província de Pernambuco. Segundo DEAN (2002), o cultivo da cana-de-açúcar atravessou séculos, deu origem a riquezas extraordinárias e a questões ambientais diversas, sobretudo a devastação da Mata Atlântica. ANDRADE (1994); EGLER (1985); MOREIRA & TARGINO (2011) .destacam além das riquezas acumuladas com os cultivos da cana-de-açúcar, os investimentos públicos de grande magnitude, a precarização do trabalho e s questões ambientais.

Nesse contexto as lutas camponesas nessa região são de extrema relevância na história social brasileira e no processo de construção da Reforma Agrária. A exemplo citamos o movimento das Ligas Camponesas corroborando pesquisas realizadas por BASTOS (1984) e ANDRADE (1986) sobre o tema.

Em relação a essa atividade econômica praticada na Mata Paraibana, podemos afirmar que o seu cultivo demandou um intenso desmatamento para construção das casas dos Senhores de Engenho, das senzalas e dos engenhos e, de modo especial, para o plantio dessa cultura, fato verificado em toda a extensão desse ecossistema. Uma pesquisa sobre a história social da Mata Atlântica assegura que: “Até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os campos de cana-de-

¹ Existe na Paraíba uma grande quantidade de estudos sobre o patrimônio cultural dos engenhos e de suas capelas. É notável e preocupante o estado de abandono desse patrimônio cultural. Do mesmo modo chama atenção os abusos com o patrimônio ambiental, conforme destacam as várias pesquisas consultadas e registros feitos em trabalhos de campo. Podemos falar de uma marcha histórica da devastação que tem levado a uma erosão do patrimônio cultural, ambiental e social na Mata Paraibana. Cf ANDRADE (1994); EGLER (1985); SILVA ((2003); MOREIRA & TARGINO (2011); FERREIRA, FURRIER & GUEDES (2011).

açúcar teriam eliminado aproximadamente mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica” (DEAN, 2002, p.96). Em consequência da ocupação das terras pelo latifúndio sobressaem-se outras mazelas, evidenciadas por indicadores de pobreza, que se manifestam nas áreas pioneiras de ocupação, a exemplo dos municípios da Mata Paraibana, cujo IDH-M, situado na faixa média, aproximando-se da faixa inferior, o que revela os níveis de pobreza históricos em que vive a maioria dos trabalhadores dessa região. O quadro paisagístico que resulta dessa formação social reflete, em parte, o modelo agrícola implementado nessa região, que se assemelha por sua vez ao padrão hegemônico implantado na agricultura brasileira, desde o período colonial. O referido padrão apresenta três características essenciais: a grande concentração fundiária, a superexploração dos trabalhadores e o uso predatório dos recursos naturais que, no processo produtivo, tiveram como base a substituição da vegetação nativa pelas atividades agrícolas monocultoras, a exemplo do cultivo de canaviais no Nordeste do Brasil, celeiro do agronegócio e cenário de destruição do patrimônio ambiental, da erosão genética e da exclusão social.

É nos interstícios e no entorno da produção canavieira que se forma na Mata Paraibana um campesinato diverso, cuja presença se manifesta em séculos de história, ora se submetendo a relações de trabalho aviltantes, ora resistindo à exploração mercantil. Sobre essa resistência podemos elencar vários acontecimentos e práticas camponesas, guerras e guerrilhas. Do século XIX ao início desse novo milênio, marcaram a história da Paraíba vários movimentos como O Ronco da Abelha, o Quebra-quilos e as Ligas Camponesas que se fizeram presentes na história de vários municípios paraibanos e estados circunvizinhos, conforme assinalam Palácios (2004), Menezes (2005) e SECRETO (2012). Da década de 1980 aos tempos atuais, ocupam com frequência o cenário de luta na Paraíba, os movimentos sociais agrários que têm à frente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMUTR), e o Movimento Negro Unificado (MNU) dentre outros.

Com a crise do setor açucareiro, na década de 1980, somada ao fortalecimento dos movimentos sociais, deu-se uma redefinição do quadro agrário da Mata Paraibana. A pressão dos camponeses eclodiu em várias situações de enfrentamento e formas de organização, revelando novas estratégias de luta e traços marcantes da memória coletiva da recente história das Ligas Camponesas. Destaca-se nas trajetórias de organização política dos camponeses paraibanos, a rememoração de episódios que marcaram a história de luta empreendida por lideranças assassinadas ou desaparecidas após o Golpe Militar de 1964, a exemplo de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas. A memória desse líder sindical contribuiu para fortalecer as atividades políticas e sindicais de lideranças, como Margarida Maria Alves, assassinada, segundo depoimentos, a mando de latifundiários da região, integrantes do Grupo da Várzea, liderados pelo usineiro Agnaldo Veloso Borges. Também Maria da Penha, líder sindical, seguiu os rastros dessa memória. Destacamos sobretudo a luta de Elisabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, que se manteve durante anos escondida no interior de Alagoas, mas que na década de 1980 retornou à Paraíba reavivando na memória do campesinato local, bandeiras de lutas silenciadas pela repressão, porém jamais esquecidas pelos que vivenciaram confrontos pela posse da terra, nas décadas de 1950/60. Foi essa memória que impulsionou a criação do Memorial das Ligas camponesas na casa onde viveu a família de João Pedro Teixeira no município de Sapé-PB, conforme já registrado em outras fontes.

Cabe reafirmar que a recomposição da memória não revela somente a dimensão individual, revela essa e seu entrelaçamento com o coletivo Bosi (1994, p. 407). A memória coletiva surge quando evocamos os pronunciamentos de outros ou quando rememoramos um determinado evento, acontecimento, prática social. Fatos dessa natureza indicam que a memória quer companhia, quer confirmação, busca ressonância, faz-se acontecer como uma urdidura. Devagar ela vai se tecendo, se amalgamando por meio da oralidade, dos eventos, das celebrações e dos rituais festivos. O que nos leva a concordar com a seguinte afirmativa:

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente. (BOSI,1994, p. 407).

Há indicativo, portanto, de que a construção da memória, ou seu *punteamento*, de que nos fala Bosi (1994) têm vários sentidos e esses ressoam muitas vozes, revelando lembranças, compostas em narrativas assimiladas socialmente, embora dela resulte não só ressonâncias, às vezes ocorram também dissonâncias.

Essas nuances da memória se fazem presentes no campo paraibano que se modifica e incorpora novos papéis e afazeres, o que lhe confere também novas paisagens. Os engenhos e capelas sobressaem-se como testemunhos em meio aos canaviais, contudo sabe-se que o engenho foi sendo substituído por equipamentos e por práticas econômicas modernizadas e sintonizadas com os novos tempos. Quem comanda os processos econômicos contemporâneos vinculados às atividades canavieiras são as usinas, que se sobrepõem aos antigos engenhos. Quanto às capelas, já não cumprem unicamente o papel de orientação religiosa outrora exercido. A igreja católica também redimensionou as suas relações com os fiéis e com a sociedade. A força da Teologia da Libertação² a favor dos oprimidos é marcante nessa região e contou com a presença de religiosos brasileiros comprometidos com essa causa mas também de outros religiosos de nacionalidades estrangeiras a exemplo do Pe. Comblin.

De meio a fim a cana-de-açúcar domina a paisagem dessa região e parte significativa da economia. Mas nem só de cana-de-açúcar sobrevive a economia paraibana. Aliás, foi nos interstícios da crise da economia canavieira que os movimentos sociais se fortaleceram e ocuparam do ponto de vista territorial antigos engenhos, fazendas e empresas agropecuárias. Um novo ordenamento territorial se configurou e uma nova paisagem foi-se recompondo

• ² Cf COMBIN (1970), (1977).

ao mesmo tempo em que práticas culturais camponesas ressurgiram pontuando uma memória que no confronto com a cana-de-açúcar, insiste em permanecer.

Aos poucos, a partir da organização e luta dos trabalhadores e da conquista do território, surgem outras formas de organização do trabalho, além da diversificação de uso da terra e dos recursos naturais. Antigos engenhos foram desapropriados e, por conseguinte antigas casas-grandes cederam lugar a sedes de associações ou tornaram-se lugares de vivências coletivas das áreas reformadas. Um exemplo dessa redefinição espacial onde trabalhamos experiências extensionistas é a antiga casa grande da Fazenda Engenho Novo, localizada em Cruz do Espírito Santo. Atualmente essa casa é utilizada como sede da Associação dos Trabalhadores do Assentamento D. Helena e abriga também o Centro Rural de Formação – CRF. Nesse assentamento a imponência da residência senhorial cedeu lugar ao espaço organizativo e de formação dos camponeses e de seus filhos.

O debate posto pelos camponeses na construção do projeto das feiras agroecológicas surgiu como esteio às formas de resistência que se recompuseram no final dos anos de 1980 e que enfatizavam a necessidade de fortalecimento da produção agrícola de forma diferenciada da agricultura convencional. Almejavam os camponeses desmistificar a agricultura monocultora, visto que os prejuízos ambientais decorrentes desse modelo já eram visíveis: o Rio Paraíba de longa data já estava assoreado e poluído, as nascentes de fontes locais estavam cada vez mais desprotegidas, as temperaturas e a pluviosidade local já apresentavam oscilações que chamavam a atenção, especialmente dos mais idosos. Além disso, a fome e o desemprego no campo serviam de alerta para todos.

Mudanças sócioespaciais trazidas pela tecnificação agrícola somadas à precarização do trabalho colocaram em alerta os trabalhadores do campo que não mais suportavam a expoliação a que estavam submetidos. Do silêncio imposto pela Ditadura Militar emergiram “Margaridas e Severinos”, rostos anônimos³, que fizeram história ao trazerem para a pauta dos movimentos

³ PEREIRA (2008).

sociais, pleitos semelhantes aos de outrora. A luta pela terra se revigora e ocupa de forma mais intensa a academia e instiga o Estado a tomar posições.

As ações inerentes ao projeto de Reforma Agrária, implementado parcialmente nas décadas de 1980/90, sob a pressão dos movimentos sociais, oportunizaram a emergência de novas estratégias de lutas do campesinato, amalgamadas com o propósito de conferir legitimidade e de dar visibilidade à produção familiar camponesa. As discussões dos camponeses oscilaram, portanto, da conquista da terra às mudanças nas formas de produção e na sua comercialização. É desse debate e das tentativas de organizar-se frente ao capital, em busca de fazer avançar a produção camponesa para consolidar a Reforma Agrária que um grupo de camponeses da várzea e do litoral sul, assentados da Reforma Agrária, iniciou um debate sobre formas de produção e comercialização de seus produtos, tomando como princípio a Agroecologia. Ao adotarem essa escolha, iniciaram com a CPT e a Cáritas as buscas de apoio junto ao poder público e instituições financeiras, visando executar o Projeto das Feiras Agroecológicas, sobre a qual existem diversas experiências de pesquisa e de extensão universitária. A partir de então viu-se a monocultura da cana-de-açúcar ser substituída, em parte, pela diversificação da produção, por culturas alimentares como o milho, o feijão, a batata doce, o inhame além das fruteiras e das hortaliças, culturas agrícolas fundamentais à dieta alimentar local. Contudo essa diversificação não ocorreu de forma hegemônica nos assentamentos da várzea, parte dos camponeses ao se defrontarem com as dificuldades nos manejos das culturas alimentares passaram a cultivar a cana-de-açúcar em parceria com as usinas. Isso evidencia que o capital se reproduz nessas áreas subordinando os camponeses conforme comprovam depoimentos e dados sócio-econômicos em estudos realizados por DI LORENZO (2005), LIMA (2008) dentre outros.

Avanços e Dilemas no Processo Produtivo

Apesar de ocuparem pequenas extensões de terra, o que muitas vezes impede de compatibilizar produção agrícola, criação e áreas de reservas,

sempre que são indagados sobre a sua condição anterior e a atual, os assentados destacam a importância da terra em suas vidas:

O assentamento é uma das melhores políticas do governo, em relação a muita coisa que não foi feito pra nós, camponeses. A melhor coisa é ter sua própria terra, plantar pra você, e poder ter seu próprio dinheiro, não ficar trabalhando pros outros e ganhando pouco. Ter vontade de comer tomate, cenoura, coentro e simplesmente plantar, não ter que ficar plantando o que o patrão quer. Cuidar da sua própria terra, ter amor por isso. (Seu Bui, camponês do assentamento Dona Helena)

O assentamento pra mim é como se fosse a realização de um sonho, onde a gente lutou pela terra e ganhou um pedacinho de terra. É bom demais, a gente troca experiência com os amigos vizinhos, conversa aqui e acolá com as comadres, né? Trabalha na sua terrinha e depois volta pra casa, sabendo que você trabalhou e vai plantar algo que é seu, da sua família (Seu Assis, camponês do Assentamento Rainha dos Anjos).

As mudanças sócioespaciais forjadas nas décadas de 1980/90 nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Pitimbu, mudanças que dizem respeito à estrutura fundiária onde situam-se os assentamentos rurais em que residem os camponeses que integram as feiras agroecológicas, se materializam nos seguintes dados estatísticos: em Sapé, seis imóveis foram desapropriados e deram origem a oito assentamentos e neles estão instaladas aproximadamente **676 famílias**, ocupando uma área de aproximadamente **6.689,2000 ha**; em Cruz do Espírito Santo, seis imóveis foram desapropriados e deram origem a oito assentamentos que ocupam uma área de **5.628,0740 ha** com **732 famílias** que também receberam o título da terra; em Pitimbu, esse dado se repete da seguinte forma: seis imóveis foram desapropriados com um total de **3.120,4939 ha** e deram origem a sete assentamentos onde habitam aproximadamente **433 famílias** conforme confirmam os dados do INCRA explicitados a seguir:

MUNICÍPIO DE SAPÉ

Assentamento	Denominação anterior do Imóvel	Tamanho da área em há	Nº de famílias assentadas	Ano da desapropriação
Padre Gino	Fazenda Santa Cruz/ Gameleira	466,3000	62	1996
21 de Abril	Fazenda Santa Luzia	362,0000	60	1996
Santa Helena I, II, III	Fazenda Usina Santa Helena	3.251,9000	255	1998
Boa vista	Fazenda Boa Vista	1.165,0000	122	1996
Vida Nova	Fazenda Cobé	505,0000	68	1997
21 de abril	Fazenda Santa Luzia	362,0000	60	1996
Rainha dos Anjos	Fazenda Cuité	577,0000	49	1999
SUBTOTAL		6.689,2000	676	
MUNICÍPIO DE PITIMBU				
Apasa	Apasa	1.100,0000	150	1995
Camucim	Camucim Grande	277,5091	37	1992
Sede Velha do Abiaí	Sede Velha do Abiaí	325,0000	49	1993
Teixeirinha	Barra do Abiaí	248,6948	33	1995
1º de março	Corvoada do Abiaí	275,0000	34	1993
Nova Vida	Prestec	894,2900	130	1995
SUBTOTAL		3.120,4939	433	

MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO				
Dona Helena	Agropar/Engenho Novo	762,2700	105	1995
Campo de sementes e mudas	Campo de sementes e mudas	207,0000	45	1996
Massangana I	Parte do Engenho Engenho Massangana	991,4000	131	1995
Massangana II	Parte do Engenho Engenho Massangana	1.300,9000	152	1995
Massangana III	Parte do Engenho Engenho Massangana	816,9000	131	1995
Engenho Santana	Engenho Santana II	370,6040	55	1994
Canudos	Maraú de Cima	1.179,0000	113	1998
SUBTOTAL		5.628,0740	732	

QUADRO I - Áreas desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1990 nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Pitimbu, no Estado da Paraíba, Brasil. Fonte: INCRA, 2013. Organização da autora.

O quadro I, onde constam informações sobre a desapropriação de terras nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Pitimbu nos estimulam a compará-las com outros dados, os da estrutura fundiária do Estado da Paraíba, para melhor avaliarmos os cenários em que a agricultura agroecológica se insere e enfatizarmos alguns dos enfrentamentos que para ela se colocam. Cabe ressaltar que o tamanho das propriedades nessas áreas de assentamentos varia de 5,5 a 8 ha, situam-se, portanto, entre as propriedades que têm menos de 10 ha, tamanho médio das áreas onde produz a maioria dos camponeses brasileiros, conforme comprovam os dados do INCRA relativos a 2003. De acordo com esses dados, verifica-se a existência em todo o Brasil de 1.338.71 imóveis com uma extensão de até 10ha, ocupando uma área total de apenas 7.616.113 ha; já o latifúndio com área individual acima de 5000 ha ocupa uma extensão total de 56.164.841ha e pertence a apenas 6.847 proprietários. Na Paraíba os dados dos pequenos e dos grandes proprietários de terra se revelam da seguinte forma: existem 110.928 imóveis, pertencentes a pequenos proprietários que ocupam uma área total de 317.383,46 ha; na

outra extremidade estão os grandes latifúndios que na faixa de 2500 ha e mais perfazem um total de 43 propriedades ocupando uma área de 191.413,63 ha. Essa realidade é por demais chocante e afronta os trabalhadores que vivem em situação de miséria extrema e que são subempregados nas usinas locais. É com o propósito de possibilitarmos comparações da estrutura fundiária na escala da mesorregião da Mata Paraibana com a estrutura fundiária do estado da Paraíba que apresentamos os dados a seguir:

Grupos de área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	área média (ha)
Menos de 10	110.928	66,32	317.383,46	8,39	2,9
De 10 a -20	19.329	11,56	256.100,84	6,77	13,2
De 20 a -50	16.037	9,59	480.425,51	12,70	30,0
De 50 a -100	6.506	3,89	438.435,56	11,59	67,4
De 100 a -200	3.675	2,20	491.017,56	12,98	133,6
De 200 a -500	2.505	1,50	737.661,21	19,50	294,5
De 500 a -1.000	723	0,43	471.346,60	12,46	651,9
De 1.000 a -2.500	286	0,17	399.093,63	10,55	1.395,4
De 2.500 e mais	43	0,03	191.413,63	5,06	4.451,5
Produtor sem área	7.240	4,33	0,00	0,0	0,0
Total	167.272	100,00 %	3.782.878	100 %	-

Tabela 1: Estrutura fundiária do Estado da Paraíba – 2006. Fonte: Censo Agropecuário 2006. Adaptado de Lima & Rodrigues (2011).

É fato que nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Pitimbu, os índices de concentração da terra continuam elevados. Isso pode ser constatado quando comparamos a extensão das parcelas das áreas de assentamento com a extensão das propriedades que compõem a tabela da estrutura fundiária do Estado da Paraíba, pois é exatamente na faixa das pequenas propriedades com menos de 10 ha que se situam as pequenas propriedades das áreas de assentamento. Os dados explicitados no quadro I e na tabela I confirmam a elevada concentração da terra. Mas, quando analisamos o impacto resultante da criação dos assentamentos nesses

municípios, verificamos que os latifúndios que pertenciam a uma só família passaram a pertencer a dezenas, tirando-as da miséria em que viviam. Outro dado a observar é que a fixação dessas famílias à terra ameniza a pressão dos trabalhadores desempregados na cidade, visto que a maioria deles trabalhavam no corte da cana-de-açúcar e habitavam as periferias urbanas da região. De subempregados passaram à categoria de pequenos proprietários de terra e têm a partir de então a possibilidade de produzir alimentos para o consumo familiar e para a geração de renda, o que contribui para movimentar o comércio local.

Não fosse essa oportunidade do acesso à terra por parte desses camponeses, eles não teriam condições de promover as mudanças na produção de alimentos que vêm promovendo através das Feiras Agroecológicas, experiências exitosas que também demonstram que a recuperação dos solos, das matas ciliares, a produção de alimentos livres de agrotóxicos são práticas que podem ser incentivadas e adotadas num projeto de Reforma Agrária. Após mais de uma década de existência das Feiras Agroecológicas que se realizam semanalmente no bairro Bessa e no Campus I da UFPB na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, mudanças significativas são registradas na paisagem da Mata e no Litoral Sul da Paraíba numa outra perspectiva, diferente da situação anterior o que se revela no aumento da cobertura vegetal, de cercas vivas, de áreas de reserva, de cisternas de placas, na criação e aumento no quantitativo de animais de pequeno porte, além da comercialização de produtos sem agrotóxicos que possibilitam melhoria na qualidade de vida e na renda familiar desses camponeses. Essas práticas camponesas abriram diálogos com a Geografia, Educação, Sociologia, Engenharia de Produção dentre outros campos de conhecimento, em várias frentes.

TROCAS DE SABERES OU SISTEMAS DE SABER ? CONTRAPONTO AOS SABERES HEGEMÔNICOS

No conjunto dos procedimentos metodológicos adotados na execução de atividades de pesquisa e de extensão aqui narradas, acercamo-nos de autores como Bachelard (1996) que nos instigou a valorizar o conhecimento empírico e o senso comum ao anunciar, em sua reflexão sobre obstáculo epistemológico, que o conhecimento adquirido pelo esforço científico tende a se tornar incrustado, oscilando do instinto formativo ao instinto conservativo. Esse mesmo autor nos estimula a rever alguns referenciais acerca do saber, ao afirmar que uma cabeça bem feita é uma cabeça fechada, resultado da formação escolar, ao que sugere ser a mesma refeita por meio de uma reorganização do sistema de saber. Posição semelhante também tem Morin (2002) ao corroborar as palavras de Bachelard (1996), inclusive ao procurar desmistificar o que denomina de “soberanias epistemológicas”. Sobre essas soberanias afirma:

os resultados das ciências do cérebro, do espírito, das ciências sociais, da história das idéias etc, devem retroagir sobre o estudo dos princípios que determinam tais resultados. O problema não está em que cada um perca a sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com outras competências que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento” (MORIN, 2002, P 33).

As idéias de Bachelard (1996) e de Morin (2002) nos levaram a buscar o posicionamento de Santos (2005) que tem tentado interpretar o silêncio em torno de alguns temas como resultado de uma visão monolítica da ciência, e, para combatê-la propõe que se faça uma sociologia das ausências; forma de investigar que deve adotar como princípio “pensar fora da totalidade”, o que segundo ele permitirá entender que “o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SANTOS, 2007, p. 28/29).

A interpretação desses autores, numa linha de tempo que atravessa aproximadamente um século, faz - nos crer que é necessário repensar a ciência e a produção do conhecimento científico. Isso implica entender que o

saber em seu sentido amplo tem origem em diferentes paradigmas e a ciência tanto produz como oculta conhecimento.

Ancorados nos autores já mencionados e em Freire (1979), para quem a educação deve levar à liberdade, estimular a criatividade e a autonomia, adotamos posicionamentos capazes de nos sintonizarmos com o saber local a partir da convivência com o conjunto dos camponeses e adolescentes que entrevistamos e que participaram conosco das capacitações e de atividades de reflorestamento das nascentes nos assentamentos Dona Helena, Apasa, Rainha dos Anjos e 21 de Abril.

Na formulação das propostas de capacitações, oficinas, e na preparação para o plantio nas áreas de nascente dos assentamentos, priorizamos a troca de saberes, a partir do diálogo com os camponeses e técnicos, quando recorremos ao registros de vozes, fotografias, e anotações em cadernos de campo feitas nas unidades camponesas e nas feiras agroecológicas, o que permitiu acumular um acervo de informações fundamentais na construção das propostas pedagógicas empregadas nas atividades de capacitação. Essas atividades executadas em conformidade com os objetivos propostos nos projetos de extensão, subsidiaram a concretização de mudanças essenciais nas unidades camponesas, a exemplo de práticas necessárias à transição agroecológica em curso, fomentada por meio de manejos e práticas ambientais sustentáveis.

Nas entrevistas que realizamos procuramos mapear as dificuldades na implantação da experiência da Feira Agroecológica e as ações exitosas. Indagamos do mesmo modo sobre as técnicas de produção inovadoras desenvolvidas em cada área de assentamento. Por meio desses registros acumulamos dados quantitativos e qualitativos sobre técnicas de produção, desafios à comercialização e sobre os cuidados com o patrimônio ambiental. Os dados quantitativos sobre a produção, obtidos a partir do registro semanal feito pelos técnicos em agropecuária que participam do projeto, demonstram que a venda de produtos oriundos das Áreas Reformadas cresceu tanto em variedade quanto em quantidade, portanto em renda acumulada, o que demonstra o êxito da experiência conforme revela o gráfico a seguir.

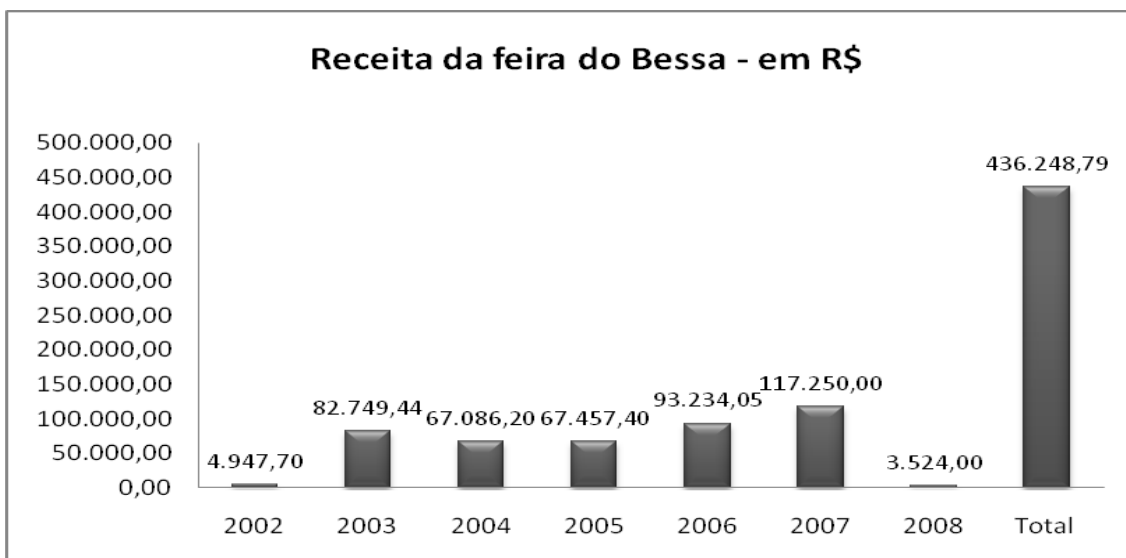


Gráfico 1 – Receita anual da feira do Bessa.
Adaptado de RODRIGUES (2011).

De acordo com o gráfico 1, podemos observar o sucesso da iniciativa autônoma dos camponeses que foi consolidando-se com a expansão gradativa da venda dos produtos, apesar dos contratempos existentes. Percebemos nesse mesmo gráfico o registro de uma maior lucratividade no ano de 2007, e em 2004 registra-se um significativo declínio, quando se compara com o ano anterior, 2003. Já em 2005 ocorreu um relativo aumento na comercialização dos produtos e do ganho monetário e, a partir desse período, os ganhos são sempre ascendentes, conforme é possível visualizar.

O declínio em 2004 se deu em decorrência de vários fatores, dentre os quais destacamos: a mudança de localização da feira, e a diminuta oferta de hortaliças no local de comercialização ocasionada por fatores climáticos relacionados com a estiagem, visto que para a implantação de um projeto de irrigação faz-se necessário acessar recursos financeiros que são frequentemente escassos para a maioria do grupo, pois ainda não conseguiu uma estabilidade financeira capaz de suplantar essa dificuldade. Constata-se por conseguinte que, apesar dos ganhos com a comercialização direta de seus produtos, quase todos os camponeses do grupo são tecnicamente despreparados para enfrentar as intempéries naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas vem desenvolvendo políticas públicas que têm como objetivo atenuar a pobreza no campo. Um exemplo de programas dessa natureza foi a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), lançado em 2 de abril de 1985, que muito se assemelha ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, lançado em 28 de julho de 1996. Ambos são programas voltados aos trabalhadores do campo, geridos com recursos do Governo Federal, fruto da articulação de interesses estratégicos do Estado brasileiro via Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Entretanto esses projetos não conseguiram trazer mudanças significativas à pobreza no campo. Os resultados dessas políticas são mais visíveis numa faixa de produtores que já tinham acesso à crédito e nível de escolaridade que lhes asseguravam uma melhor compreensão relativa a processos econômicos mais amplos e, por conseguinte beneficiaram-se de linhas de crédito com maior volume de recursos e assistência técnica. Essa faixa de produtores é comumente denominada no PRONAF de Agricultura Familiar Consolidada.

É inegável que a atenuação da pobreza rural a partir de iniciativas do Estado brasileiro tem servido para elevar os níveis de renda no campo, tirando famílias camponesas da miséria extrema. Entretanto não contribuiu para uma verdadeira melhoria na qualidade de vida, pois ainda não se faz acompanhar de mudanças significativas na infraestrutura: melhoria das escolas, estradas, centros de abastecimento, Sistema Único de Saúde (SUS), dentre outros. Referimo - nos a mudanças que contribuam para mudar o quadro histórico de miséria que assola o campo nessa região.

A presença de vilas rurais como Sapucaia, em Sapé, onde camponeses, trabalhadores volantes e subempregados sonham com emprego e condições de vida melhores, enquanto engrossam a faixa dos trabalhadores situados abaixo da linha da pobreza, constituem exemplos do quadro social em que se encontram os trabalhadores no campo. Os acampamentos que se mantêm por anos sem conseguir sensibilizar o Poder Judiciário para as desapropriações

são exemplos de um quadro social de pobreza que persiste de longa data. Os movimentos já citados anteriormente que se mantêm, nessa região, desde o século XIX são ilustrativos da resistência dos trabalhadores e da omissão do Estado brasileiro. Os camponeses assentados da Reforma Agrária necessitam de incentivos: acesso a crédito em tempo hábil, prazo para pagamento condizente com o calendário agrícola, assistência técnica sintonizada com os saberes locais e capacitações adequadas.

Concluimos acerca da experiência das feiras agroecológicas dentre outras experiências iniciadas de forma autônomas pelos camponeses na Paraíba, que apesar de serem beneficiadas com transporte financiado via Pronaf não recebem o apoio necessário do Estado para alavancar os projetos que buscam gerir com bastante dificuldades. Essa falta de sintonia do Estado brasileiro no enfrentamento de desafios postos aos camponeses soa estranho para outras sociedades onde a produção livre de agrotóxico, a formação de bancos de sementes, as formas de comercialização feitas de forma direta pelo produtor são incentivadas exatamente por proporcionarem o fortalecimento da segurança alimentar. Os camponeses europeus, beneficiados com a Politique Agricole Commune (PAC) a despeito de enfrentarem também dificuldades, se distanciam bastante da nossa realidade. Evidentemente não quero obscurecer o que já afirmava em 1999 alguns pesquisadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ao destacarem que "56 % des bénéficiaires du Pronaf n'avaient jamais eu accès au crédit bancaire⁴". Se a afirmativa é verdadeira, os valores dirigidos aos camponeses eram insignificantes na década de 1990, especialmente se comparados ao volume de recursos que era destinado ao agronegócio. Do Governo Lula para cá melhoraram significativamente os índices de investimentos no âmbito dessa política pública e continuou melhorando no Governo Dilma Roussef que aprovou inclusive O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em outubro de 2013, que alavancará 8,8 bilhões para a economia camponesa, entretanto há urgências em agilizar outras demandas que atingem cotidianamente os camponeses.

⁴ - 56% dos beneficiários do Pronaf, até então, jamais tiveram acesso ao crédito bancário. Cf ABRAMOVAY & PIKETTY (2005).

Quanto à compreensão que têm os camponeses desse processo, a fala do camponês Luiz Damázio, liderança política nessa região, é elucidadora do sentimento de autonomia e do orgulho de que são portadores por obterem o sustento da família trabalhando em sua própria terra. É com esse sentimento de autonomia que ele, quando indagado sobre como se dá a relação dos camponeses com os apoiadores e sobre a compreensão que tem da questão ambiental, declara: “Não são os apoios que manda, claro que tem assessoria, mas no final a decisão é dos assentados... ...existe uma formação psicológica e humana nesse processo, imagina, antes só queima, só destruía, a partir do momento que vira assentado muda tudo, a gente cuida da terra, ela é nossa.” Entendemos que o Estado brasileiro deve melhor avaliar e apoiar iniciativas de natureza semelhantes às da Rede de Feira Agroecológica que se realiza na Paraíba tendo como protagonistas os camponeses, ONG’s e movimentos sociais, visto que esse projeto tem trazido melhoria à qualidade de vida de muitos camponeses, bem como à sociedade que se beneficia com a aquisição de alimentos livres de agrotóxicos, além de contribuir para a segurança e a soberania alimentar.

Quanto a nós pesquisadores, ao pontuarmos a reprodução camponesa e suas estratégias de recriação no âmbito da experiência extensionista e da pesquisa acadêmica, destacamos em tom de conclusão as seguintes questões que nos fazem acreditar ser essa experiência uma tradição que se reinventa⁵. São pontos que destacamos para fundamentar o que afirmamos:

- Os sujeitos investigados têm ancestralidade camponesa: são filhos, netos e bisnetos de famílias camponesas;
- Têm o trabalho familiar como base de sua reprodução econômico-social;
- Relacionam-se com a terra a partir da compreensão de que a mesma constitui o substrato material de onde retiram a produção familiar necessária a sua sobrevivência, além de ser suporte à reprodução cultural;
- São cuidadosos no repasse dos saberes a sua descendência, tanto nas crenças e tradições, quanto nos valores familiares herdados dos ancestrais.

⁵ Cf. RODRIGUES (2011).

Ainda refletindo sobre o conjunto de questões que permeia a história social desse campesinato, destacamos os ganhos políticos e econômicos a partir de reivindicações que os levaram a ocupar prédios públicos e a solicitar audiências em órgãos governamentais.

Cabe dizer que, apesar das dificuldades enfrentadas na execução de projetos de pesquisa e de extensão, seguimos investigando e apoiando a busca desses camponeses por novas soluções, novas políticas de inclusão.

Ao mesmo tempo em que buscamos elucidar na pesquisa questões relativas a reprodução camponesa almejamos a chegada de uma “estação” em que os camponeses se apoderem de recursos que lhes assegurem as condições possíveis para que venham protagonizar ações que, pensadas e construídas internamente a partir de suas reais demandas, alavanquem mudanças substanciais em suas vidas. Esperamos também que possam eles continuar priorizando a produção limpa, capaz de alimentar a sociedade de forma saudável, visto que tais práticas possibilitam a natureza seguir seus ciclos de forma natural, sem a introdução de aditivos químicos que tantos prejuízos causam ao ambiente e à vida.

REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo, and Marie-Gabrielle Piketty. "Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf): résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990." **Cahiers Agricoles** 14.1 (2005): 25-29.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre e BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polit.**[online]. 2006, n.26, pp. 31-39.

BRUNEL, Sylvie. **Le développement durable**. Paris, Puf, collection Que-sais-je, 2007.

COMBLIN, José **Théologie de la Révolution**. Paris : Universitaires, 1970.

COMMISSION EUROPÉENNE. RÈGLEMENT DU PARLEMENT EUROPÉEN ET DU CONSEIL relatif au soutien au développement rural par le Fonds européen agricole pour le développement rural (Feader). Bruxelles, 2011, 153p.

DE OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. "O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852." **Almanack Braziliense** 1 (2005): 120-127.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB**. 2007 300f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

EGLER, Claudio Antônio G. Os impactos do PROALCOOL na Paraíba. **Revista GeoNordeste**, Vol 1. n. 1, (1985), p.1 – 19.

FERREIRA; Jean Carlos Lima, FURRIER,Max & GUEDES, Eliana César Rodrigues. Áreas de Preservação Permanente Ocupadas com Cana-de-Açúcar em Itambé/PE e Pedras de Fogo/PB: o caso das encostas íngremes. João Pessoa: **Okara**, vol. 5, n. 1-2(2011), 46-60.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Ed.da Unicamp, 1992.

LIGASCAMPONESAS.<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_hm/7794_1.asp> Acesso em abril de 2007.

LIMA, Aline Barbosa de & RODRIGUES, Maria de Fátima Revista LUTA CAMPONESA PELA TERRA E FORMAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES NO LITORAL SUL PARAIBANO (the peasants fight by the land and the constitution of new territorialities in the micro-region on the coast south of Paraíba state). **Mercator**, Vol. 8, No 15 (2009), 49-57.

MOREIRA, Emilia Rodat; TARGINO, Ivan. ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO (Space, Capital and Labor in the Interior of Paraíba). **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, (2011), 147- 160.

MORIN, Edgard. **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, LTDA, 2002.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15(43), 185-206.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba:** das Ligas camponesas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2008, 194p.

RODRIGUES, M. de F. F, UM OLHAR DIRIGIDO AO CAMPO E AO CAMPUS: Narrativa e caminhos de uma investigação sobre políticas públicas no Estado da Paraíba, Brasil In: RODRIGUES, M. de F. F, (Org.). **Do Campus ao Campo**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2011.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do tempo e do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SECRETO, María Verónica.(Des) medidos—A revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011." **Revista Eletrônica História em Reflexão**, 6-11 (2012).

SILVA, Lígia Maria Tavares. Nas Margens do Rio Paraíba do Norte. João Pessoa:UFPB: **Cadernos do Logepa**, vol.2, (2003) p. 74-80.